



## CRISE NA VENEZUELA

Após conversa entre os presidentes Lula e Petro, as chancelarias dos dois países articulam um comunicado, a ser divulgado nos próximos dias, sobre a decisão do Tribunal Supremo de Justiça de reconhecer a reeleição do ditador Nicolás Maduro

Evaristo Sa/AFP



Juan BARRETO / AFP



O presidente Lula não quer assumir sozinho um posicionamento e conta com a Colômbia nesse impasse

Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela declarou a vitória de Maduro, sem base em dados transparentes

# Brasil e Colômbia avaliam reação conjunta

» VICTOR CORREIA  
» INGRID SOARES

A decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela de cancelar a reeleição do presidente Nicolás Maduro já era esperada, mas movimentou os corpos diplomáticos do Brasil e de outros países, especialmente nas Américas. Um grupo de 11 nações e a União Europeia publicaram, ontem, comunicados rejeitando a decisão da Corte e cobrando uma transição democrática no país sul-americano. Brasil e Colômbia, porém, iniciaram diálogo para avaliar seu próprio posicionamento.

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro debateram o assunto, por telefone, nesta sexta-feira, segundo interlocutores do Itamaraty. Após a conversa, as chancelarias dos dois países estão trabalhando para formular um comunicado conjunto, a ser divulgado nos próximos dias.

Até o momento, os governos publicaram duas notas cobrando a divulgação das atas eleitorais — os documentos contaram ainda com a assinatura do México, que, posteriormente, se afastou da negociação.

O diálogo se intensificou após a decisão do TSJ, anunciada na quinta-feira. Até o momento, os esforços são liderados pelo chanceler brasileiro, Mauro Vieira, e pelo seu homólogo colombiano, Luis Gilberto Murillo.

Vieira está em Manila, nas Filipinas, mas não deixou de atuar. Ligou para Murillo e para líderes de outros países do continente, com o objetivo de debater a repercussão da Corte Suprema.

Na quinta-feira, a presidente do TSJ, Carylisa Rodríguez, anunciou o resultado da auditoria. “(Está) Certificado de forma inapelável o material eleitoral periciado, e esta sala convalida os resultados da eleição de 28 de julho de 2024 emitidos pelo Conselho Nacional Eleitoral, que resultou na eleição do cidadão Nicolás Maduro Moros como presidente”, afirmou, acrescentando que não cabe recurso à decisão. A Corte também ordenou sigilo sobre as atas.

O Brasil já deixou claro que não vai reconhecer a vitória de Maduro sem a divulgação dos documentos. Por outro lado, também não quer cortar relações diplomáticas com o país vizinho, considerado estratégico. Por enquanto, a posição oficial continua sendo articular o

### A evolução do conflito

#### 18 de julho

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirma que haverá um “banho de sangue” se perder a disputa pela reeleição.

#### 22 de julho

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz ter ficado “assustado” com a declaração de Maduro e pede respeito ao sistema eleitoral venezuelano.

#### 24 de julho

Maduro reage à fala de Lula e ataca, sem provas, o sistema eleitoral brasileiro. Acusa as urnas eletrônicas de não serem auditáveis.

#### 28 de julho

Ocorrem as eleições na Venezuela, em clima relativamente tranquilo.

#### 29 de julho

Em um dia marcado por denúncias de irregularidades no pleito,

Conselho Eleitoral, alinhada a Maduro, anuncia a reeleição do presidente.

» Começam protestos e prisões em larga escala. Brasil se posiciona oficialmente pela primeira vez, elogiando o andamento pacífico da votação, mas cobrando as atas eleitorais.

#### 30 de julho

Em sua primeira fala, Lula diz que não houve “nada anormal” nas eleições venezuelanas.

#### 31 de julho

Maduro envia atas ao TSJ para realizar uma auditoria. Oposição se nega a participar e acusa a Corte de ser aparelhada pelo chavismo.

#### 1º de agosto

Brasil, Colômbia e México divulgam comunicado conjunto e assumem negociação entre Maduro e oposição.

#### 5 de agosto

Brasil assume as embaixadas da Argentina e do Peru em Caracas.

#### 8 de agosto

Brasil, Colômbia e México divulgam segundo comunicado conjunto.

#### 13 de agosto

México deixa as negociações.

#### 15 de agosto

Lula sugere novas eleições ou governo de coalizão. Maduro e oposição rejeitam as ideias.

#### 16 de agosto

Lula chama o regime Maduro de “desagradável” e “autoritário”, mas nega ser ditadura.

#### 22 de agosto

TSJ termina auditoria, cancela vitória de Maduro e põe atas sob sigilo.

diálogo entre Maduro e opositores, e pedir transparência, segundo fontes do Itamaraty.

Há, porém, indicativos para um endurecimento do tom. Na semana passada, Lula fez

críticas abertas a Maduro pela primeira vez. Em entrevista à Rádio T, do Paraná, afirmou não reconhecer a reeleição do chavista. “Ainda não, ainda não. Ele sabe que ele está devendo

uma explicação para a sociedade brasileira e para o mundo”, frisou. O chefe do Planalto também sugeriu refazer as eleições ou criar um governo de coalizão na Venezuela — ideias rejeitadas

por Maduro e pela oposição.

No dia seguinte, em entrevista à Rádio Gaúcha, do Rio Grande do Sul, chamou o regime venezuelano de “muito desagradável”. “Não acho que é ditadura. É diferente de uma ditadura. É um governo com viés autoritário, mas não é uma ditadura como a gente conhece tantas ditaduras neste mundo”, acrescentou.

As falas provocaram desconforto em Maduro, que também rejeitou a possibilidade, ventilada por Lula, de refazer a eleição. A expectativa é de que um posicionamento oficial mais duro da diplomacia gere reações do governo venezuelano, como a expulsão da embaixadora brasileira — o que foi feito com países que não reconheceram o resultado, como a Argentina e o Chile. Isso não representa, porém, um rompimento das relações.

Maduro esperava receber apoio do governo brasileiro da mesma forma que China e Rússia, por exemplo, reconheceram sua vitória imediatamente. No entanto, ele descumpriu todas as promessas feitas nos Acordos de Barbados para garantir a participação plena de opositores no pleito, a transparência e a presença de observadores internacionais.

## EUA, UE e mais 10 países rechaçam reeleição

Os Estados Unidos rejeitaram, por meio de nota, a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela, que reconheceu a vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais, sem a apresentação das atas. Em comunicado, o porta-voz do Departamento de Estado americano, Vedant Patel, disse que a medida do órgão “carece totalmente de credibilidade”, que “a vontade do povo venezuelano deve ser respeitada” e que é chegada a hora de Maduro realizar uma “transição respeitosa e pacífica”.

“As planilhas de votação a nível distrital, disponíveis publicamente e verificadas de forma independente, mostram que os eleitores venezuelanos

escolheram Edmundo González como seu futuro líder. A vontade do povo venezuelano deve ser respeitada. Agora, é a hora de as partes venezuelanas iniciarem discussões sobre uma transição respeitosa e pacífica, de acordo com a lei eleitoral venezuelana e com os desejos do povo venezuelano”, diz a nota.

O comunicado ainda pede a libertação dos presos detidos politicamente por protestos contra o resultado anunciado da eleição. “As tentativas contínuas de reivindicar fraudulentamente a vitória de Maduro apenas agravarão a crise em curso. Estamos prontos para apoiar um processo inclusivo, liderado pela Venezuela, para restabelecer as normas democráticas.”

Em seguida, os EUA assinaram um comunicado conjunto com Argentina, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai condenando a decisão da Corte e afirmando rejeitar “categoricamente o anúncio que indicou ter concluído uma suposta verificação dos resultados do processo eleitoral de 28 de julho, emitido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), e que pretende validar os resultados sem apoio do órgão eleitoral”.

A líder da oposição, María Corina Machado, comentou o documento. “A esta altura, ninguém acredita na manobra grosseira do TSJ para esconder as atas que demonstram a esmagadora vitória”

de González Urrutia — escreveu nas redes sociais. “O regime cometeu um erro: o que o TSJ sentenciou foi sua cumplicidade com a fraude do CNE. Longe de ‘fechar o caso’, aceleraram o processo que isola e afunda cada vez mais Maduro”, pontuou.

### Tendencioso

Por sua vez, o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, ressaltou ser evidente que Maduro “judicializou o processo eleitoral com vista a procurar um selo de “legitimidade” de um tribunal tendencioso”. “Um presidente não legítimo procura ‘legitimidade’ nos poderes do Estado que dele dependem”, acrescentou.

A Iniciativa Democrática da Espanha e das Américas (Idea) divulgou uma declaração assinada por 30 ex-presidentes da América Latina e da Espanha classificando a validação como “um típico golpe de Estado contra a soberania popular”. Na carta, a Idea diz que a comunidade internacional deve impedir a “consolidação do golpe de Estado em curso na Venezuela”.

Já o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, reforçou que “sem um resultado que possa ser verificado, não haverá reconhecimento”. “Todos devem ter a capacidade de verificar os resultados de uma eleição, e isso ainda não foi possível. Já perdemos a esperança de que isso aconteça”, comentou. (VC e IS)



**As tentativas contínuas de reivindicar fraudulentamente a vitória de Maduro apenas agravarão a crise. Estamos prontos para apoiar um processo inclusivo, liderado pela Venezuela, para restabelecer as normas democráticas”**

Trecho da nota dos EUA